



Brasil à deriva: os retrocessos de 2021 e os desafios para 2022

AUTORAS E AUTORES DA PUBLICAÇÃO

Adriano Vilela Sampaio – Andrea Gama - Carmem Feijó - Dalton Boechat Filho

Daniel Henriques - Eduardo Mantoan - Elena Soihet – Eliane Araújo – Elisangela Araújo

Fernando Freitas – Jéssica Maldonado - Júlia Leal - Leandro Monteiro - Linnit Pessoa

Luciano Luiz Manarim D’Agostini – Luiz Macahyba – Maria Isabel Busato - Maurício A. Weiss

Norberto Montani Martins – Paula Marina Sarno - Paulo Gonzaga M. Carvalho

Pedro Lange N. Machado – Samuel Costa Peres – Stefan W. D’Amaro – Talita Cardoso Ferreira



FINDE

GRUPO DE PESQUISA EM
FINANCEIRIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO
Universidade Federal Fluminense

BOLETIM FINDE: v.2, n.3, 2021

BRASIL À DERIVA: RETROCESSOS DE 2021 E OS DESAFIOS DE 2022

www.finde.uff.br

O DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO UMA ALTERNATIVA À DOMINÂNCIA FINANCEIRA

Daniel Henriques

Mestre pela UFF e pesquisador do Finde/UFF

De acordo com a tradição de análises macroeconômicas da Escola Francesa da Regulação, a noção de processo histórico-econômico define-se sob a conformação dos chamados “modos de regulação”. Correspondem a esses, certas “arquiteturas institucionais” que se configuram a partir da “conjunção de instituições públicas e privadas, sob confluência de forças políticas representativas de interesses de classes e setores de atividade econômica” (BRUNO, 2019, p. 14).

A constituição de uma determinada arquitetura institucional é analisada a partir das denominadas “formas institucionais” (FI). São elas: modo de inserção internacional, estruturas de mercado e concorrência, regime monetário-financeiro, participação do Estado na economia e relações salariais. As formas institucionais se articulam ao longo da história e nos espaços geográficos em determinada hierarquia e complementaridade. O estabelecimento de uma configuração estável das formas institucionais, ao definir determinada arquitetura institucional, serve de substrato para a consolidação de um regime de acumulação (ou crescimento) e, por sua vez, para a efetivação do conjunto de políticas econômicas compatíveis com o mesmo (BRUNO, 2019).

O regime de acumulação industrial-fordista correspondeu a uma arquitetura institucional específica do período pós-2ª Guerra Mundial. Nessa, as FI estiveram hierarquicamente

subordinadas às relações salariais derivadas do compromisso social fordista, no qual os ganhos de produtividade estavam relacionados diretamente aos salários em vista da acumulação intensiva de capitais sob o consumo de massa. Tal regime era compatível com as políticas econômicas intervencionistas keynesianas de administração da demanda agregada e, por sua vez, com a atuação mais direta do Estado na economia (*IBIDEM*).

Contudo, “a partir de 1968, a queda dos ganhos de produtividade atingiu diretamente a centralidade da relação salarial fordista e deu início a um período de grandes dificuldades macroeconômicas e estruturais” (BRUNO, 2019, p. 19). O regime de acumulação industrial-fordista entra em crise juntamente com todo o receituário de políticas e estratégias econômicas que vinha sendo adotado. Com isso, dá-se origem a uma nova arquitetura institucional, cujo regime de acumulação correspondente passa a ser controlado pelas finanças. Conjuga-se a esse, por sua vez, outro regime de política econômica, o neoliberal, pautado na prioridade à estabilidade de preços, livre concorrência e desregulamentação dos mercados, em especial o financeiro. O regime intervencionista keynesiano deixa de ter correspondência aos fins de um regime de “revalorização rentista-patrimonial dos capitais”. O Estado perde autonomia e centralidade e as estratégias de planejamento nacional-desenvolvimentistas são esvaziadas e substituídas



por uma agenda política subserviente ao setor bancário-financeiro.

Na direção do que foi tratado, SOUZA (2006) observa que, a partir dessa nova agenda político-econômica predominante no capitalismo mundial, as noções de orçamento público equilibrado entre receitas e despesas e de ajuste fiscal tornam-se prevalentes na maioria dos países, em especial naqueles em desenvolvimento. Novas visões sobre o papel dos governos limitam a atuação do Estado sobre a economia ao substituírem as políticas keynesianas do pós-guerra pela adoção de políticas de restrição aos gastos públicos.

A ascensão e hegemonia do regime de acumulação rentista-financeiro, sua dominância (“financeirização”) sobre a lógica de atuação dos mais variados agentes econômicos e a sua expressão nas políticas neoliberais restringem o espaço de planejamento do desenvolvimento econômico. Na mesma direção, avança-se no enfraquecimento das políticas de pleno emprego keynesianas e nas estruturas de proteção social do *Welfare State* relativas ao regime de crescimento industrial-fordista. Tal conjunção de fatores passa a exigir um esforço de adaptação e reinvenção dos governantes e gestores públicos para sustentação das condições de vida das populações através da prestação de serviços públicos.

Em vista disso, ainda segundo o trabalho citado, ressurgem nas últimas décadas “a importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão” (SOUZA, 2006, p. 20). Frente à prevalência de políticas restritivas dos gastos públicos, o “desenho e a execução de

políticas públicas, tanto as econômicas quanto as sociais, ganharam maior visibilidade” (IBIDEM). A questão-chave que se explicita, principalmente no caso dos países em desenvolvimento, é “como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população” (SOUZA, 2003, p. 12).

Sob uma nova ótica de planejamento, as estratégias e políticas de desenvolvimento tentam

Pequenos e médios aglomerados populacionais passam a ter de definir estratégias autônomas ou semiautônomas de crescimento e desenvolvimento para dinamizar suas economias locais e sustentar as demandas por serviços públicos.

sobreviver ao esvaziamento da pauta nacional-desenvolvimentista conferido em meio à reestruturação do capitalismo mundial. A busca por alternativas de políticas que zelem ao bem-estar coletivo em meio à captura da ação do Estado faz com que

o desenvolvimento possa encontrar face mais concreta no microcosmo das regiões subnacionais. Nessa direção, a proposição de desenvolvimento local ou endógeno (“a partir de baixo”) surge como uma alternativa possível à sustentação econômica de um universo de cidadania e direitos sociais. Pequenos e médios aglomerados populacionais passam a ter de definir estratégias autônomas ou semiautônomas de crescimento e desenvolvimento para dinamizar suas economias locais e sustentar as demandas por serviços públicos.

Em Teixeira, Feijó e Bateman (2020) é tratada a ideia de desenvolvimento “a partir de baixo” ou “de baixo para cima” (*bottom-up*) a partir do conceito de Estado de Desenvolvimento Local (EDL). Na perspectiva dos autores, é possível a formatação de uma estratégia de desenvolvimento local havendo (“modelo híbrido”) ou não (“modelo puro”) conjunção

¹ Uma compreensão interessante a respeito do conceito de dominância financeira e sua contextualização ao caso brasileiro está em BRUNO et al. (2011) e LAVINAS et al. (2017).



com a política do governo nacional. No caso último, é fundamental que se considere a relevância da possibilidade, frente ao que se explicitou acima, de se obter certa autonomia às condições político-econômicas impostas por uma institucionalidade a nível nacional.

Entre os aspectos destacados pelo trabalho citado está a essencialidade da construção de um arcabouço institucional local capaz de planejar e coordenar os encadeamentos produtivos (*backward e forward linkages*) dentro da atividade econômica da região. Além disso, caberia ao mesmo conferir funcionalidade ao financiamento do desenvolvimento regional, provendo o *funding* nos termos adequados aos projetos de investimento ensejados², mitigando as incertezas e os riscos envolvidos e conferindo um ambiente de confiança e estabilidade ao processo.

Avalia-se que apesar das dificuldades envolvidas nesse processo de desenvolvimento endógeno, os entes subnacionais teriam “maior flexibilidade do que governos centrais para realizarem mudanças de mercado e desenvolverem tecnologias e inovações capazes de atender a economias de escala com baixos níveis de produção” (BATEMAN, 2017, p. 9 *apud* TEIXEIRA, FEIJÓ e BATEMAN, 2021, p. 23). Argumenta-se ainda que o modelo de EDL seria mais adequado a ‘promover os tipos “corretos” de empreendimentos, mais intimamente ligados à

transformação estrutural, à diversificação e ao crescimento sustentado’ (TEIXEIRA, FEIJÓ e BATEMAN, 2021, p. 23).

O EDL é uma amostra de possíveis alternativas aos gestores locais para sustentação das condições de vida de suas populações frente às dificuldades impostas por uma consolidada arquitetura institucional a nível macroeconômico que impõe pesadas restrições à conformação de um ambiente de cidadania. Nesse sentido, a construção de estruturas institucionais locais visando o planejamento da economia regional, sua dinamização e crescimento sustentado e o desenvolvimento econômico não sinaliza apenas no sentido de uma alternativa político-partidária autônoma às escolhas a nível nacional, mas uma concepção de resistência frente à estabelecida configuração estrutural do capitalismo mundial que impõe severas restrições ao bem-estar coletivo.

A questão central, portanto, que justifica esse esforço de reflexão diz respeito à compreensão da relevância fundamental para a retomada do desenvolvimento no país da formatação de alternativas institucionais de âmbito local que possibilitem restaurar aspectos essenciais para a civilização e a humanidade. A racionalização dessa escolha se dá por meio da noção de que gestões administrativas na esfera microespacial, comprometidas com o provimento de bens e serviços públicos de qualidade, podem atuar pelos princípios do EDL, a despeito das

...a construção de estruturas institucionais locais visando o planejamento da economia regional, sua dinamização e crescimento sustentado e o desenvolvimento econômico não sinaliza apenas no sentido de uma alternativa político-partidária autônoma às escolhas a nível nacional, mas uma concepção de resistência frente à estabelecida configuração estrutural do capitalismo mundial que impõe severas restrições ao bem-estar coletivo.

² A questão do financiamento do investimento e sua funcionalidade ao desenvolvimento é tratada em STUART e ALVES JR. (2019).

³ Entende-se por “modo de regulação” a arquitetura ou configuração institucional (nos termos de BRUNO, 2019).



dificuldades com a esfera macroespacial onde sobrepõem-se regimes e regularidades moldados conforme a lógica do modo de regulação³ prevalente.

Referências

BATEMAN, Milford. Bringing the local state back into development: the 'local developmental state' and the promotion of sustainable economic development and growth from the bottom-up. **SSRN Electronic Journal**, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323973418_Bringing_the_Local_State_Back_into_Development_The_Local_Developmental_State_and_the_Promotion_of_Sustainable_Economic_Development_and_Growth_from_the_Bottom-Up. Acesso em: 03 de Jul. 2021.

BRUNO, Miguel. Regimes de Política Econômica e Acumulação de Capital: Configurações Pró e Antidesenvolvimento. In: FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane (Eds.) **Macroeconomia moderna: as lições de Keynes para economias em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

BRUNO, Miguel *et al.* *Finance-Led Growth* Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 730-750, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/JTNMBQRxKFkkkLbpDRzmcvG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 de Jul. 2021.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO,

Miguel. **Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2017. (Texto para Discussão, n. 32). Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_032_2017_LAVINAS_ARA%C3%9AJO_BRUNO.pdf. Acesso em: 07 de Abr. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa, **Caderno CRH** 39: 11-24. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743/12116>. Acesso em 03 de Jul. 2021.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, n.8, n.16, p.2045, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 02 de Jul. 2021.

STUDART, R.; ALVES JR., A. Eficiência e Funcionalidade do Setor Financeiro no Desenvolvimento. In: FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. (Orgs.). **Macroeconomia moderna: lições de Keynes para economias em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

TEIXEIRA, Fernando; FEIJÓ, Carmem; BATEMAN, Milford. Como construir um arcabouço institucional eficiente para a gestão de recursos finitos: recomendações para o desenvolvimento de Maricá. In: **Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate**. Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR).1. ed. Maricá, RJ: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021.



BOLETIM DO GRUPO FINDE

Edição quadrimestral: v.2, n.3, set/dez de 2021.
ISSN: 2675-7389

É uma publicação do grupo de pesquisa em **Financeirização e Desenvolvimento** que reúne reflexões acerca dos impactos sociais e econômicos no Brasil da **Pandemia do Covid-19 e implicações futuras**. As análises são apresentadas em formato de artigos e conta com a colaboração de economistas e cientistas políticos.



FINDE

GRUPO DE PESQUISA EM
FINANCEIRIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO
Universidade Federal Fluminense

SOBRE O FINDE:

O grupo de pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (FINDE), sediado na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, congrega pesquisadores e alunos de pós-graduação da UFF e de outras instituições, interessados em discutir questões acadêmicas relacionadas ao avanço do processo de financeirização e seus impactos sobre o desenvolvimento socioeconômico das economias modernas.

O propósito do grupo é produzir estudos sobre como o avanço da financeirização tem transformado o ambiente macroeconômico condicionando decisões econômicas de famílias, firmas e governos, com desdobramentos sobre a dinâmica das economias no curto e no longo prazo.

A pauta de pesquisa é extensa e abarca temas da microeconomia – tomada de decisão dos agentes; funcionamento de mercados específicos; incentivos aos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico – da macroeconomia – instabilidade financeira sistêmica; regulação do sistema financeiro; autonomia e eficácia de política econômica; assimetrias internacionais – e da interação entre estas duas dimensões analíticas.

COORDENAÇÃO DO GRUPO:

Carmem Feijó - Professora Titular de Economia (UFF)

VICE-COORDENAÇÃO:

Adriano Sampaio - Professor de Economia (UFF)

ENDEREÇO:

R. Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n, Niterói
– Faculdade de Economia, Bl F, 5º Andar

CONSELHO EDITORIAL DO BOLETIM:

Carmem Feijó – Editora Chefe

Adriano Vilela Sampaio - Editor

Fernanda Feil - Editora

EDITORES ASSOCIADOS:

Caio César de Azevedo, Daniel Consul,

Daniel Henriques, Eduardo Mantoan, Júlia Leal,

Linnit Pessoa e Vinicius Centeno

CONTATO DAS AUTORAS E AUTORES

Adriano Vilela Sampaio

adrianovs@id.uff.br

Andrea Gama

andreagama@id.uff.br

Carmem Feijó

cbfeijo@gmail.com

Dalton Boechat Filho

daltonboechat@gmail.com

Daniel Henriques

danielhenriques1987@gmail.com

Eduardo Mantoan

eduardo.mantoan@hotmail.com

Elena Soihet

elenasoihet@gmail.com

Eliane Araújo

elianearaujo@gmail.com

Elisangela Araújo

elisangela15.araujo@gmail.com

Fernando Freitas

fernando.jgomes.freitas@gmail.com

Jéssica Maldonado

Júlia Leal

juliaa.leal@hotmail.com

Leandro Monteiro

leandroalmeida@gmail.com

Linnit Pessoa

linnitpessoa@gmail.com

Luciano Luiz M. D'Agostini

lucianodagostini@yahoo.com.br

Luiz Macahyba

luizmacahyba@pped.ie.ufrj.br

Maria Isabel Busato

maria.busato@ie.ufrj.br

Maurício A. Weiss

mauricio.aw@gmail.com

Norberto Montani Martins

norberto.montani@gmail.com

Paula Marina Sarno

pmsarno@gmail.com

Paulo Gonzaga M. Carvalho

pgmcarvalho@openlink.com.br

Pedro Lange N. Machado

pedrolangenm@gmail.com

Samuel Costa Peres

scperes2@uem.br

Stefan W. D'Amaro

Talita Cardoso Ferreira

MAIS INFORMAÇÕES:

E-Mail: findeuff@gmail.com

Site: www.finde.uff.br

Facebook: findeuff

Instagram: findeuff

Twitter: findeuff

Youtube: /Financeirização Desenvolvimento



FINDE

GRUPO DE PESQUISA EM
FINANCEIRIZAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO
Universidade Federal Fluminense

ONDE ESTAMOS:

R. Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n,
Faculdade de Economia, Bl F, 5º Andar
Gragoatá - Niterói - RJ
24210-200

findeuff@gmail.com



www.finde.uff.br